



| | | | | | |
|------|----------|---------------------|-------|--------|--------------|
| | | | | | |
| 0 | 13/11/06 | Emissão Final | CMG | CGM | CGM/ SLFC |
| REV. | DATA | NATUREZA DA REVISÃO | ELAB. | VERIF. | APROV. |

CLIENTE:



ENGEVIX

EMPREENHIMENTO:

AHE SIMPLÍCIO QUEDA ÚNICA QUEDA ÚNICA – PROJETO BÁSICO AMBIENTAL

ÁREA:

MEIO AMBIENTE

TÍTULO:

PROGRAMA DE SALVAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E CULTURAL

| | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|-----|--------|------------------|--------------------|-----|---------|---------|---|
| ELAB. | CMG | VERIF. | CGM | APROV. | CGM/SLFC | R. TEC.: | JAS | CREA NO | 5224-D | |
| CÓDIGO DOS DESCRITORES | | | | DATA | 13/11/2006 | Folha: | 1 | de | 13 | |
| | | | | | Nº DO DOCUMENTO: | 8922/01-60-RL-2500 | | | REVISÃO | 0 |

| ÍNDICE | PÁG. |
|--|----------------|
| 1 - JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS | 2500-3 |
| 2 - METODOLOGIA | 2500-3 |
| 2.1 - Contextualização | 2500-3 |
| 2.2 - Atividades Principais | 2500-7 |
| 2.2.1 - Prospecção Complementar para a Identificação do Patrimônio Arqueológico Histórico na Área Atingida..... | 2500-7 |
| 2.2.2 - Salvamento do Patrimônio Histórico-Arqueológico na Área a ser Atingida pelo AHE Simplício Queda Única | 2500-8 |
| 2.2.3 - Monitoramento dos Sítios Arqueológicos Históricos na área Indiretamente Atingida de Entorno do AHE Simplício Queda Única..... | 2500-9 |
| 2.2.4 - Educação Patrimonial..... | 2500-9 |
| 3 - PRINCIPAIS ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS | 2500-10 |
| 4 - RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO | 2500-11 |
| 5 - CRONOGRAMA FÍSICO..... | 2500-12 |
| 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 2500-13 |

1 - JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A região onde se insere o AHE Simplício Queda Única acompanhou importantes ciclos econômicos, em especial o do café. Alguns exemplares arquitetônicos deste período podem ser encontrados, exemplificando a rica memória histórica local. Durante os estudos ambientais, constatou-se a presença de elementos de interesse histórico e cultural, reforçando a necessária continuidade dos levantamentos, uma vez aprovada a viabilidade ambiental do empreendimento.

De modo a resgatar esses elementos e aprofundar os estudos históricos, este programa será implementado. Terá como objetivo principal o resgate histórico e cultural na área de influência do empreendimento, contextualizando o seu valor e importância no processo de ocupação da região e buscando registrar e divulgar os resultados dos estudos e levantamentos de campo, contribuindo para a valorização da memória histórica e cultural da região. Visa ainda, obter subsídios para que seja traçado um plano de resgate do patrimônio arqueológico que atenda aos aspectos legais, mas que, sobretudo, possibilite o entendimento do processo de ocupação do vale do Paraíba do Sul e contribua para a ciência nacional.

2 - METODOLOGIA

2.1 - Contextualização

A região a ser atingida (direta ou indiretamente) pela implantação do AHE Simplício Queda Única envolvendo partes dos municípios de Sapucaia, Três Rios, Além Paraíba e Chiador foi ocupada historicamente a partir da virada do século XVII para o século XVIII. Este é o dado a partir do qual um projeto de resgate, do patrimônio arqueológico histórico deverá ser concebido e implementado para a área em questão.

O início do denominado ciclo do ouro mineiro coincide com o início da ocupação do Vale do Paraíba do Sul, embora o grande movimento só tenha se concretizado no século XIX com a expansão cafeeira.

Com a descoberta do ouro nos últimos anos do século XVII (na região de Mariana e Vila Rica) o intenso fluxo (de pessoas e mercadorias) que se estabeleceu entre o litoral e a região das Minas passava pela região dos rios Paraíba, Paraíba do Sul e Piabanha. Este era o ponto cortado pelo Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes e concluído em 1725 após a superação de uma série de percalços.

Neste contexto regional, e no entorno daquela que posteriormente se convencionou chamar de Estrada Real, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, formaram-se núcleos urbanos como Nossa Senhora de Mont Serrat, Senhora de Bemposta e São Sebastião de Entre Rios.

No último quartel do século XVIII, em 1781, o então governador das Minas, D. Rodrigo José de Menezes, determinou a construção daquele que foi denominado - caminho do

Menezes - e que atravessava a Mantiqueira e chegava ao registro do Paraibuna depois de passar pelos vales dos rios Preto e do Peixe.

Neste momento a famosa comunidade de Macacu, formada por mineradores clandestinos e contrabandistas sob a liderança do Mão de Luva, já estava consolidada, tendo em tomo de 16 (dezesesseis) anos de existência, nas margens do Paraíba.

A condição de posição estratégica para entroncamento e vias (de quaisquer natureza) consolidou-se com o tempo, expressando-se no século XIX na construção da rodovia União e Indústria e nas ferrovias D.Pedro II e Leopoldina, dentre outras.

Se a região era ponto de passagem para viajantes e tropeiros era também estrategicamente posicionada para favorecer o contrabando de ouro, o que efetivamente ocorreu desde o início do ciclo.

Ao permitir a conexão entre o litoral a as Minas de ouro o Caminho Novo tomou-se um corredor ladeado por fazendas, roças e pousadas voltadas para dar suporte aos que circulavam em ambas as direções. Este é um outro aspecto daquele movimento que transformou a região em uma área potencialmente rica, do ponto de vista arqueológico.

A constituição desta estrutura agrária marca um processo que em sua dinâmica teria criado as condições para que, a partir do século XIX, a expansão cafeeira tivesse se dado ao longo do vale do Paraíba do Sul. Mas tal continuidade não se fez sem rupturas dado que a natureza do novo ciclo diferia radicalmente da ocupação anterior.

A instalação das lavouras cafeeiras com base na mão-de-obra escrava configurou uma nova realidade histórico-social da qual restou grande número de evidências/vestígios que se expressam sob forma de patrimônio edificado e de vestígios arqueológicos. Tais evidências e vestígios constituem parte relevante do objeto a ser tratado pelo programa de resgate.

Tendo sido introduzido no Brasil na primeira metade do século XVIII graças à demanda do mercado internacional o café acabou por se tornar o principal produto da exportação brasileira já nas primeiras décadas do século XIX. E isto devido à produção do vale do Paraíba ocupado pela atividade, após a transposição da Serra do Mar ainda em fins do século XVIII.

A expansão cafeeira no vale do Paraíba só foi viabilizada pelas possibilidades de escoamento existentes e as que foram posteriormente implementadas. Como foi o caso do Caminho do Comércio e do Caminho da Polícia.

A expansão não se fez sem conflitos destacando-se aqueles ocorridos com posseiros mais antigos e com os puris e coroados que ainda ocupavam partes do vale.

Do ponto de vista técnico a expansão cafeeira no vale do Paraíba se processou às custas de grande prejuízo ambiental, o que consolidou ao longo do tempo uma das variáveis que contribuiu para seu declínio.

Ao se expandir, destruindo as matas sem qualquer critério de controle, as lavouras de café teriam provocado tal impacto na região, que as condições ambientais acabaram se

voltando contra a própria atividade. O esgotamento do solo e alterações no clima seriam dois problemas a serem enfrentados, no tocante à continuidade da ocupação da área com a atividade cafeeira. Entretanto, quando o declínio da atividade se consolidou, as manifestações mais expressivas da sua existência já tinham se materializado no grande número de unidades produtivas cuja decadência era uma questão de tempo.

Em 1836 o botânico inglês George Gardner visitou a fazenda chamada Barra do Louriçal pertencente ao Barão de Aiuruoca. Naquele momento, a produção anual da fazenda era de dez mil arrobas de café. A légua e meia de distância ficava a fazenda do capitão Francisco Leite Ribeiro (irmão do barão) e que produzia anualmente onze mil arrobas. São dois exemplos, dentre inúmeros, que ilustram aquela realidade tanto do ponto de vista de sua estrutura quanto de sua dinâmica.

Evidenciando o processo histórico-social acima referido a apropriação do espaço de morar foi um dos aspectos que deu especificidade às lavouras de café do vale do Paraíba. As construções são marcadas pelos padrões monumentais da arquitetura neoclássica/eclética expressando a pujança do ciclo econômico e o poder da elite escravista.

O quadro a seguir é uma amostra do universo arquitetônico diversificado, mas que ao mesmo tempo configura a unidade de um processo histórico-social onde interagem de modo caprichoso, a economia, a política, a estética e a arquitetura.

QUADRO 2.1
FAZENDAS E LOCALIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO

| FAZENDA | LOCALIDADE |
|--------------------------------|------------------------------|
| Barra do Louriçal | Mar de Espanha |
| Soledade | Paraibuna |
| Paraíso | Sapucaia |
| Ouro Fino | Além Paraíba |
| Lordelo | Sapucaia (Marquês do Paraná) |
| Degredo | Volta Grande/Além |
| Paraíba | Além Paraíba |
| Fortaleza | Além Paraíba |
| Barra do Peixe | Além Paraíba |
| Serrote | Santo Antônio do Aventureiro |
| Conceição | Augustura/Além Paraíba |
| Gironda | Além Paraíba |
| Monte Alegre | Augustura/Além Paraíba |
| Santo Antônio da Boa Esperança | Sapucaia |
| Fazenda Três Barras | Três Rios |

Estes, dentre muitas outras, são alguns dos exemplares característicos da época. É interessante lembrar que a fazenda Barra do Peixe e a fazenda Gironda integraram o conjunto de propriedades de Simplício José Ferreira da Fonseca (primo de Mariano Procópio), grande proprietário que doou os terrenos onde foram construídos os prédios do

fórum e da prefeitura de Além Paraíba. Por sua vez a fazenda Conceição ainda pertencendo à família proprietária original - Manso - teria sido construída pelo Capitão Valeriano Manso, colega de corporação de Tiradentes em fins do século XVIII.

Além dos casos citados, do patrimônio arquitetônico ainda preservado, existiram fazendas das quais restaram as ruínas, constituindo parte do patrimônio arqueológico a ser identificado e resgatado.

Finalmente merece referência o sistema viário que integrou a região e permitiu o escoamento da produção cafeeira. Além das ferrovias, as estradas de rodagem integram o patrimônio a ser identificado. E neste conjunto, um dos destaques fica para a antiga estação ferroviária de Simplício, em processo de arruinamento, como mostram as figuras abaixo. Exemplar típico de uma época marcante da história do Brasil..



FIGURA 2.1
ESTAÇÃO DE SIMPLÍCIO, EM ALÉM
PARAÍBA



FIGURA 2.2
ESTAÇÃO DE SIMPLÍCIO, DETALHE

Destaca-se por fim, o Cemitério dos Turcos (MG), cujas ruínas se encontram no alto de um morro, com vegetação muito alta, cobrindo a maior parte dos túmulos. As sepulturas se encontram bastante destruídas, muitas das grades que as cercavam estão quebradas, algumas empilhadas e espalhadas pelo meio do mato. Os muros que cercavam o cemitério estão destruídos. Ossos humanos estão dispersos.

A ponte que dá acesso à área ruíu. Dessa forma, existem duas opções para se chegar ao cemitério. Pela Fazenda do Simplício, distante cerca de 1 km, atravessando a pé pela ponte da estrada de ferro ou, pela rodovia BR-393, atravessando de barco os dois braços do rio Paraíba, acesso possível pelo Porto da Ilha já que o cemitério está situado na direção de uma das extremidades da ilha, em Simplício, município de Além Paraíba, MG.

Embora este cemitério não seja atingido pelos reservatórios ou obras, o acesso pela Fazenda Simplício será afetado. Atualmente o cemitério não recebe um fluxo constante de visitação, devendo ser estudada.

2.2 - Atividades Principais

2.2.1 - Prospecção Complementar para a Identificação do Patrimônio Arqueológico Histórico na Área Atingida

São justificativas desta atividade:

- a identificação dos sítios arqueológicos que se encontram nas áreas a serem impactadas é condição básica para o desenvolvimento dos trabalhos de salvamento a serem realizados;
- a identificação e avaliação das condições em que se encontram os sítios é pré-requisito para o estabelecimento das estratégias de resgate a ser realizado, conforme as exigências legais;
- a prospecção complementar coloca-se como condição anterior e indispensável para a realização do programa de resgate.

Desta forma, a atividade de prospecção complementar terá como objetivos:

- levantamento documental e bibliográfico sobre a área a ser atingida pelo empreendimento, com vistas a subsidiar os trabalhos arqueológicos de prospecção e salvamento; trabalho de campo para identificar os sítios arqueológicos que não tenham sido localizados durante a realização do EIA-RIMA;
- registro de informações produzidas e montagem de um banco de dados que permitirá o estabelecimento das estratégias para a implementação dos trabalhos de salvamento.

Para o desenvolvimento desta atividade, serão executados:

- análise/interpretação do material (bibliográfico/documental) à luz das perspectivas colocadas pela arqueologia, tendo como referência o período que vai do século XVIII ao XX;
- análise foto-interpretativa da região para subsidiar o trabalho de campo da equipe de arqueologia;
- prospecção arqueológica para identificação dos sítios arqueológicos relacionados à ocupação histórica da área a ser impactada;

Nesta etapa dos trabalhos a prospecção deverá contemplar de forma exaustiva todas as bacias dos reservatórios a serem construídos: Anta, Tocaia, Louriçal, Calçado, Antonina e Peixe. Serão contemplados ainda os segmentos remanescentes das redes viárias (rodovias e ferrovias) e todos os elementos que a elas estiverem associados como pontes, estações etc.;

- realização, quando necessário de sondagens para a avaliação das condições objetivas do sítio no que diz respeito às dimensões e natureza dos vestígios;

- levantamento fotográfico e de dados relacionados à natureza do sítio e das condições objetivas de conservação dos vestígios arqueológicos;
- tratamento das informações através de programas específicos de computação gráfica e produção de documento com a identidade dos sítios levantados na fase de prospecção.

2.2.2 - Salvamento do Patrimônio Histórico-Arqueológico na Área a ser Atingida pelo AHE Simplício Queda Única

O resgate do patrimônio arqueológico localizado em áreas que serão impactadas por empreendimentos, do tipo do AHE Simplício Queda Única, coloca-se como obrigatoriedade definida por um conjunto de diplomas legais como a Portaria SPHAN de 07/88, a Resolução Conama 001/86 e a Portaria IPHAN de 17/12/2004, dentre outros.

Assim, a necessidade do resgate do referido patrimônio coloca-se também a partir de sua importância como remanescente dos processos históricos de constituição da sociedade mineira (séculos XVII ao XX); o que remete à questão da consolidação da identidade social e da cidadania.

Do exposto nos dois parágrafos anteriores pode-se inferir que o ônus da destruição do patrimônio arqueológico pela implantação do empreendimento reverte-se em bônus através da produção de conhecimento possibilitada pelo projeto de resgate.

Esta atividade terá como objetivo a realização do salvamento arqueológico na área atingida pelo AHE Simplício Queda Única dentro dos padrões utilizados pela arqueologia e determinados pela legislação e pelo IPHAN enquanto órgão fiscalizador. Os trabalhos de salvamento deverão contemplar a realização de registros diversos (fotos, textos, plantas, croquis etc.); o tratamento e análise do material arqueológico coletado; a elaboração de relatórios e texto-síntese; e a divulgação do processo de resgate.

As principais etapas desta atividade são:

- levantamento fotográfico inicial para registro das condições do sítio no momento imediatamente anterior ao início dos os trabalhos de resgate;
- limpeza da área a ser trabalhada com a retirada da cobertura vegetal;
- realização de sondagens utilizando a técnica da estratigrafia natural, quando possível, e artificial quando necessário;
- realização de escavação ampliada conforme a avaliação de cada parte (estrutura) integrante do sítio. As sondagens e escavação ampliada serão realizadas em formatos (quadrículas, trincheira, tabuleiro de xadrez etc.) adequados às necessidades colocadas pela ocorrência dos vestígios;
- coleta, acondicionamento e transporte do material arqueológico;

- análise dos vestígios, com descrição detalhada sobre a natureza e função dos mesmos, e elaboração de relatório final contendo o registro de todos os momentos do resgate através de fotos, textos, plantas, croquis etc;
- elaboração de texto síntese de interpretação histórica a respeito dos processos que possibilitaram a constituição dos sítios arqueológicos. Este texto será produzido com o suporte de pesquisas bibliográficas e documentais realizadas em momento anterior.

2.2.3 - Monitoramento dos Sítios Arqueológicos Históricos na área Indiretamente Atingida de Entorno do AHE Simplício Queda Única

Os sítios arqueológicos localizados em áreas de entorno de grandes empreendimentos, que alteram as condições ambientais, tendem a sofrer processos de degradação que se acentuam ao longo do tempo.

Adoção de medidas preventivas exige uma observação sistemática dos vestígios durante períodos determinados, desta forma, só um monitoramento sistemático pode detectar as alterações destrutivas e, identificado o ritmo da degradação, propor medidas adequadas para o controle e/ou mitigação.

Portanto, esta atividade terá como objetivos:

- acompanhar o estado de conservação dos sítios arqueológicos a partir do início das operações do AHE Simplício Queda Única Queda Única;
- identificar os possíveis processos de degradação (impactos) decorrentes tanto do empreendimento quanto das alterações da dinâmica de ocupação do solo;
- apresentar medidas preventivas e/ou mitigadoras para os impactos identificados.

Para seu desenvolvimento, será adotada a seguinte metodologia:

- estabelecimento de critérios de mensuração para detectar o ritmo de degradação dos vestígios arqueológicos, para que medidas corretivas possam ser implementadas;
- realização de visitas periódicas aos sítios para observação e levantamento de dados referentes ao estado de conservação dos mesmos;
- montagem de arquivo de referência com informações básicas/completas para avaliação de impactos (tão logo os mesmos se manifestem) nos sítios monitorados.

2.2.4 - Educação Patrimonial

A educação patrimonial é um importante mecanismo para o exercício da cidadania na medida em que pode levar indivíduos e grupos a atuarem no sentido da preservação do patrimônio cultural (e dentro dele, do patrimônio arqueológico). Ela integra o processo através do qual os órgãos (municipais/estaduais/federais) desenvolvem suas políticas de preservação.

Este tipo de programa pode ajudar o empreendedor a esclarecer a população sobre o empreendimento e evitar situações delicadas pela falta de tais informações.

São objetivos da educação patrimonial:

- levantamento/identificação da relação existente entre a população local, os funcionários das empresas construtoras e os sítios/vestígios arqueológicos;
- desenvolvimento de atividades que permitam à população referida no item anterior apreender a importância de preservar o patrimônio arqueológico;
- sensibilizar o público alvo para a necessidade de repassar para a equipe de Arqueologia as informações conhecidas sobre a presença de vestígios arqueológicos;
- produzir materiais (cartilhas, *folders*) com informações sobre o patrimônio arqueológico, que sirvam para divulgação de sua importância no processo de consolidação da identidade social e da cidadania.

Para a implantação das ações de educação patrimonial será adotada a seguinte metodologia:

- realização de palestras com exposição áudio-visual (*power point*) evidenciando a natureza e importância dois diferentes tipos de vestígios arqueológicos. Todas as atividades terão como referência o fato de que o público alvo é constituído por estudantes de primeiro e segundo grau, moradores e funcionários das empresas construtoras do empreendimento;
- produção de cartilha (*folders* com explicações sobre a relevância do patrimônio arqueológico e de sua preservação);
- contatos com organismos municipais (escolas, museus, secretarias etc.) que facilitem a divulgação da informação sobre o patrimônio arqueológico.

3 - PRINCIPAIS ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

Destaca-se a Lei nº. 3 924, de 26 de julho de 1961, artigo primeiro, estabelece que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos, de qualquer natureza, existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, ficam sob a guarda e proteção do Poder Público. Já em seu artigo oitavo, estabelece que o direito de realizar escavações constitui-se mediante permissão do Governo da União, através do IPHAN e, no artigo nono, informa que o pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Instituto, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.

Os demais aspectos legais e normativos que regem este programa são os mesmos associados ao *Programa de Salvamento do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico*, já apresentados no referido programa.

Este Programa atende também a Condicionante 2.3 da LP 217/2005, a seguir transcrita:

“2.3 Detalhar todos os programas ambientais propostos nos estudos ambientais e os determinados pelo IBAMA, apresentando metodologia, responsável técnico e cronograma físico de implantação.”

4 - RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO

O programa será de responsabilidade de FURNAS, sendo desenvolvido pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde o material arqueológico coletado receberá tratamento e será analisado, ficando com o material coletado até que o IPHAN decida sobre seu destino.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGEVIX ENGENHARIA S/A. AHE Simplício Queda Única Queda Única. Estudo de Impacto Ambiental. Referência 874/00-6B-RL-0001-0. Brasília. ENGEVIX, 2004. 6 volumes.